

## LIQUIDAÇÃO, EXECUÇÃO E EMBARGOS — NOTAS ÀS ALTERAÇÕES DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

Lourival Gonçalves de Oliveira<sup>(\*)</sup>

*I — Introdução: 1 — Alterações do Código de Processo Civil. 2 — Alterações na sistemática da liquidação de sentença. 3 — Leis n. 8.898/94 e 8.953/94. II — Liquidação de sentença: 4 — Sentença líquida e illíquida. 5 — Processo de liquidação de sentença. 6 — Legitimação. 7 — Objeto da liquidação. 8 — Sentença de liquidação. 9 — Recursos. III — Liquidação judicial de sentença: 10 — Espécies. 11 — Nova classificação das liquidações de sentença. 12 — Liquidação por arbitramento. 13 — Liquidação por artigos. 14 — Instauração do procedimento. 15 — Citação. IV — Liquidação extrajudicial de sentença: 16 — Liquidação por cálculos do contador. 17 — Seu procedimento. 18 — Utilização. V — Liquidação, execução e embargos: 19 — Nova sistemática. 20 — Início da execução. 21 — Exame prévio dos cálculos. 22 — Citação na execução. 23 — Afetação patrimonial. 24 — Contraditório. 25 — Embargos por excesso de execução. 26 — Execução inversa. 27 — Simultaneidade de liquidações. 28 — Liquidação por cálculos e execução contra a Fazenda Pública. 29 — Liquidação por cálculos e assistência judiciária. 30 — Honorários advocatícios. 31 — Os cálculos de liquidação e seu custo. 32 — Homologação de cálculos de liquidação. VI — Conclusão: 33 — Perspectivas. VII — Bibliografia.*

### I — Introdução

#### 1 — Alterações do Código de Processo Civil

A larga experimentação a que submetido o Código Buzaid — Código de Processo Civil de 1973 — resultou em grande expectativa quanto à necessidade de revisão, voltada a aperfeiçoamento objetivo, a partir de dificuldades ou deficiências encontradas quando da aplicação prática.

Crescente preocupação com melhoria no desempenho das atividades do Poder Judiciário, cada vez mais solicitado por uma sociedade em franco processo de amadure-

<sup>(\*)</sup> Juiz Federal.



cimento democrático e de maior consciência de direitos, veio ensejar a melhor das oportunidades, o ambiente histórico ideal.

Sob direção do Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira, uma personalidade no mundo jurídico, a Escola Nacional da Magistratura procedeu a largo programa de consultas, envolvendo juristas e processualistas os mais renomados, professores experientes, magistrados e representantes do Ministério Público de muita vivência, advogados e defensores públicos militantes, capazes de exprimir os mais diversos sentimentos. Procedeu com meios aprimorados e antecipou-os fixando critérios ou metodologia clara. Preocupado com o aperfeiçoamento de pontos determinados do Código de Processo Civil, em propiciar alterações objetivas e precisas, sem modificar-lhe a estrutura, em melhorar o já conhecido e não em sair à busca do novo e desconhecido, obteve a mais vasta colaboração. Por certo, nunca se chegou a tamanha participação num projeto de nítido caráter técnico. De tanto e tão minucioso trabalho resultaram leis que, alterando o Código de Processo Civil numa e noutra de suas partes, uma previsão aqui e outra ali, veio alcançar resultado de tamanha repercussão. Transcorridos 20 anos de uso daquele diploma, procedeu-se à mais perfeita adequação de seus mandamentos à realidade, aproximando-os e preservando a preciosa estrutura técnico-científica.

Passando por diversas leis, instalaram-se, no sistema processual, um sem número de conquistas: Lei n. 8.455/92, sobre perícias; Lei n. 8.710/93, sobre as citações e intimações por via postal; Lei n. 8.898/94, sobre a liquidação de sentença; Lei n. 8.950/94, sobre os recursos; Lei n. 8.951/94, sobre a consignação em pagamento e o usucapião; Lei n. 8.952/94, sobre os processos de conhecimento e cautelar; Lei n. 8.953/94, sobre o processo de execução.

Outros projetos ainda em trânsito no Congresso Nacional apontam para novos avanços.

## 2 — Alterações na sistemática da liquidação de sentença

No que diz respeito às alterações na liquidação de sentença, oportuna a referência à já velha e conhecida observação, muito comum no meio popular, por vezes encontrada até mesmo entre profissionais eventualmente decepcionados ante situações concretas como advogados, senão mesmo magistrados: «ganha, mas não leva». É a mais precisa expressão da diferença entre previsões processuais ideais e a realidade estabelecida na prestação jurisdicional, entre sentenças muitas vezes proferidas com esmero e sua efetivação perpassada por dificuldades. É o resultado divórcio entre modelo e realidade<sup>1</sup> a exigir soluções.

Não poucas vezes as demandas postas em juízo chegam rapidamente à sentença; o processo de conhecimento transcorre com facilidade e atinge seu fim. Obtida a sentença, a parte vencedora sai em busca da execução e, ao passar pela liquidação, começa a encontrar percalços quase que intransponíveis. Com a decisão nas mãos vê apenas um «papel» e premida pela ansiedade sente-se cada vez mais vencida pelo tempo, distanciada da prestação efetivamente pretendida.

O lamentável contexto exigia alterações profundas na liquidação e na execução, demonstrando a importância dos procedimentos jurisdicionais pós-processo de conhecimento.

Das muitas modificações, ajustes e aperfeiçoamentos havidos nesse grande esforço, oportunas as relativas à liquidação e execução; provavelmente as mais significativas, capazes de simplificar e dar segurança aos procedimentos de liquidação de sentença e evitar situações responsáveis pelo retardamento da execução. Evidente, mais uma vez, a adoção pelo Processo Civil de experiências vindas da esfera trabalhista.

No plano doutrinário a liquidação e execução nunca tiveram trato privilegiado. Sempre estiveram relegadas a plano inferior em razão do processo de conhecimento hoje inteiramente estabilizado em seus conceitos. Eliminadas muitas dúvidas, valorizados os procedimentos, ficou ressaltada sua importância na solução da lide e efetiva obtenção da prestação jurisdicional.

### 3 — Leis n. 8.898/94 e 8.953/94

As modificações havidas no tocante à liquidação de sentença tiveram relevância na Lei n. 8.898, de 29 de junho de 1994. Por ela foi abolida a figura da anterior liquidação por cálculos de contador, prevista no art. 614, da redação original do Código de Processo Civil. Ao imprimir a esse artigo nova redação, alterou-se a sistemática de liquidação por cálculos com remessa ao processo de execução e seus embargos, com os quais fundida. A seguir, promoveu as respectivas inovações na execução e embargos para adaptá-los à nova realidade processual, nos termos da Lei n. 8.953, de 13 de dezembro de 1994.

## II — *Liquidação de sentença*

### 4 — Sentença líquida e ilíquida

A sentença constitui-se no ponto principal do processo de conhecimento, seu fim e coroamento. É ato pelo qual o juiz encerra o exercício da jurisdição, art. 463, põe termo à lide, soluciona a demanda à qual dá destino. Constitui-se no almejado acerto jurídico das partes, devendo ser tão líquida quanto possível. Todavia, ao admitir-se pedidos ilíquidos, art. 286, abre-se oportunidade também à sentença ilíquida, art. 459, parágrafo único, já que não pode afastar-se dos limites neles estabelecidos, art. 460.

Exatamente nesse contexto, em que admitida como ilíquida, não se constitui na plena solução da pendência judicialmente posta. O acerto jurídico promovido reduz-se aos estreitos limites dos elementos jurídicos e não se constitui numa concomitante realização do direito. Não lhe garantindo a parte vencida a plena eficácia, restam ao ganhador iniciativas outras, complementares, pós-sentença.

Chama-se ilíquida a sentença que contenha uma condenação genérica, no todo ou em parte. Nesse caso fica na dependência de liquidação, ou seja, de procedimento próprio pelo qual estabelecida uma nova relação processual, independente daquela havida no processo de cognição onde já obtida a sentença. Pelo novo procedimento, a sentença, já precisa quanto à obrigação, terá individualizado seu objeto até então impreciso.

Desnecessário dizer que as sentenças líquidas, ao contrário das sentenças ilíquidas, têm perfeitamente delineadas a obrigação e a individuação do objeto da prestação, dispensando procedimentos pós-sentença ou pré-execução. Independentemente de qualquer outra iniciativa ou esclarecimento, por conterem todos os elementos essenciais à execução, configuram-se como título líquido, certo e exigível, capaz de fundamentá-la, art. 586.

As sentenças ilíquidas são incapazes de ensejar prontamente a execução por encerrarem dúvida quanto à quantidade, coisa ou fatos devidos. A condenação expressa exige a prévia determinação por meio de liquidação. Quase sempre tais decisões não definem o *quantum debeatur* e se fazem comuns nos casos de perdas e danos sem fixação de valor, condenação genérica a juros, à restituição de frutos naturais ou civis, ou de coisa equivalente à devida, ou naqueles em que o próprio credor pretende substituir prestação de fato por pagamento em valor correspondente.

Oportuna a observação de que apenas a sentença, título executivo judicial, é capaz de comportar prévia liquidação. O mesmo não tem lugar em razão de título executivo extrajudicial onde a exata determinação da coisa a prestar é ínsita à condição executiva. Sem esse requisito não admite execução e nem mesmo o procedimento prévio da liquidação.

Como título executivo as sentenças têm na condição de acesso à execução, a certeza, liquidez e exigibilidade. No entendimento do processualista italiano<sup>2</sup> a certeza se constitui em ausência de dúvida sobre existência (*an debeatur*) e a terceira condição na atualidade, ou seja, não estar sujeita a termo, condições ou outras exigências ou limitações. É exatamente no que diz respeito ao objeto ou importância (*quantum debeatur*) que se impõe a liquidação ou procedimento que o venha precisar, de modo a tornar real a força até então potencial do título judicial.

#### 5 — Processo de liquidação de sentença

Na lição de Amílcar de Castro<sup>3</sup> a liquidação é «o processo preparatório em que se determina o objeto da condenação, a fim de se dar ao vencido possibilidade de cumprir o julgado, e ao vencedor a possibilidade de executá-lo depois de verificado o inadimplemento».

Quando da vigência do revogado Código de 1939, a liquidação se apresentava como vestibular à execução da qual apenas uma fase. Com o advento do Código de Processo Civil atual é que tomou a natureza de procedimento próprio, distinto do procedimento de execução, autônomo. Viu-se nessa passagem de uma ordem processual a outra verdadeiro aperfeiçoamento técnico.

A liquidação não inicia a execução e se mantém apenas como mecanismo processual apropriado à obtenção de requisito pendente no título executivo judicial. Confere-lhe o requisito da liquidez. Como preleciona o processualista,<sup>4</sup> é o átrio da execução.

A atual sistemática, decorrente de alterações recentemente havidas no Código de Processo Civil, preserva os procedimentos próprios à liquidação nas espécies de arbitramento e por artigos e funde a anterior espécie da liquidação por cálculos do contador com o processo de execução e embargos.

Apenas as duas formas de liquidação subsistentes às alterações mantêm o caráter de processo autônomo, independente da execução e em razão da qual se conservam preparatórias. Como tal, têm processamento próprio, peculiar à finalidade de cada uma e as suas exigências, aguardam por sentença e admitem recurso. Diferentemente, a anterior liquidação por cálculos do contador perde toda a caracterização e peculiaridade a ponto de ser inteiramente absorvida pela execução e embargos; sequer deixa vestígios.

#### 6 — Legitimação

Vencedor e vencido estão legitimados para o processo de liquidação, em qualquer de seus pólos: ativo ou passivo, arts. 566, 570 e 605. Tanto um quanto outro pode tomar a iniciativa de sua instauração. O vencedor, levado pelo interesse na liquidação do crédito, ou o vencido e condenado interessado na delimitação da *obligatio*. Isso porque um pode pretender o recebimento ou cumprimento da obrigação, e o outro, o pagamento ou liberação.

#### 7 — Objeto da liquidação

Ao se destinar à complementação da sentença condenatória<sup>5</sup> o processo de liquidação se dá nos seus estreitos limites e não reabre debates sobre qualquer discussão pertinente ao processo de conhecimento. Nele se estabelece o mais amplo contraditório e é garantido o pleno direito à defesa, resguardadas a destinação e as restrições que lhe são impostas quanto aos elementos e limites da sentença condenatória, mesmo ainda não transitada em julgado e sujeita a algum debate recursal sem efeito suspensivo.

Perfeita a previsão proibitiva do art. 610, segundo a qual «defeso na liquidação, discutir de novo a lide, ou modificar a sentença que a julgou.» Vem essa previsão na esteira dos arts. 467 e 468.

Único caso no qual permitida a liquidação à revelia do contido no pedido inicial ou na sentença é dos juros de mora, consoante o enunciado da Súmula n. 254 do Supremo Tribunal Federal, explicativo da previsão do art. 154. *Verbis*:

«Incluem-se os juros moratórios na liquidação, embora omissos o pedido inicial ou a condenação».

Não se estende o enunciado a custas, honorários advocatícios e correção monetária que se tem impedido pela vedação do art. 610.

A tomarmos o entendimento de que a correção monetária é parte do principal que atualiza e integra, do qual é dependente e necessária sob pena de esvaziamento, perfeitamente admissível a liquidação, mesmo em face de pedido ou sentença omissos, sem qualquer afronta à restrição do mencionado art. 610.

#### 8 — Sentença de liquidação

A liquidação, nas três espécies anteriores ou nas duas espécies com o privilégio da autonomia como atualmente admitido, encerra-se e aperfeiçoa-se com nova sentença de natureza declaratória em complementação à sentença condenatória proferida anteriormente no processo de conhecimento.<sup>6</sup>

Nessa nova sentença, nitidamente meritória, a declaração fixa o *quantum* e o *quod debeat* e alcança a coisa julgada material<sup>7</sup>, em caráter preparatório da futura execução.<sup>8</sup>

Possível dizer que sentença ilíquida, quando submetida à liquidação, forma título executivo múltiplo.

#### 9 — Recursos

No sistema recursal em vigor, fruto de recente e ligeira alteração, o recurso contra sentença em liquidação é apelação, art. 513, quase sempre recebido com efeito devolutivo e suspensivo, art. 520, e excepcionalmente apenas com o primeiro, art. 520, III. Às decisões interlocutórias reserva-se o agravo de instrumento, art. 522, que só se recebe em efeito devolutivo, destituído que é do efeito suspensivo.

Assim se aplicam as previsões recursais do Código de Processo Civil ao processo de liquidação, suas sentenças e decisões interlocutórias, em qualquer das espécies procedimentais.

Na estrutura anteriormente deferida ao processo de liquidação, a problemática dos recursos obteve grande atenção e gerou muitos debates no concernente ao recurso cabível contra homologação de atualização de cálculos. A dúvida, se apelação ou agravo de instrumento, partiu de outra relativa à natureza da homologação, se sentença ou decisão interlocutória.

Solução inicial foi optar-se por cautela, verificar prazos e invocar o princípio da fungibilidade dos recursos, de modo a permitir que na hipótese de se considerar cabível agravo de instrumento nele fosse convertida eventual apelação, ou o contrário.

A questão foi recentemente alvo do enunciado da Súmula n. 118 do Superior Tribunal de Justiça, trazido à colação:

«O agravo de instrumento é o recurso cabível da decisão que homologa a atualização do cálculo de liquidação».

Com a alteração resultante das Leis n. 8.898/94 e 8.953/94, o debate e a solução perderam significado ante a insubsistência da liquidação por cálculos do contador como procedimento preparatório à execução ou incidente de atualização de cálculos.

### III — *Liquidação judicial de sentença*

#### 10 — Espécies

Na redação anterior e original do Código de Processo Civil de 1973, estavam previstas três espécies de liquidação: por arbitramento, artigos e cálculos do contador.

Com a alteração imposta pela Lei n. 8.898/94, foi extinta a espécie da liquidação por cálculos do contador, remetida em versão inovada para a execução e embargos. Mantidas as outras duas espécies foram atingidas e beneficiadas por muitas das alterações esclarecedoras e aperfeiçoadoras ditadas pelas Leis n. 8.455/92, 8.710/94 e 8.952/94.

#### 11 — Nova classificação das liquidações de sentença

Diante das alterações é possível dizer que as liquidações de sentença admitem nova classificação. Por um lado, liquidação judicial de sentença a comportar a subdivisão em liquidação por arbitramento e liquidação por artigos. Por outro, a liquidação extrajudicial

de sentença a abranger exclusivamente a liquidação por cálculos, estes já não mais do contador.

12 — Liquidação por arbitramento

A liquidação por arbitramento, prevista no art. 606, tem oportunidade quando expressamente prevista em sentença, convencionado entre as partes, ou o exija a natureza do objeto da liquidação.

Nas duas primeiras hipóteses, necessária identidade com a terceira, ou seja, de compatibilidade com o procedimento pericial ao qual remete o art. 607. Cabível a aplicação supletiva das previsões peculiares à perícia no procedimento ordinário, arts. 420 e seguintes.

Importante já estejam nos autos todos os elementos materiais necessários ao trabalho pericial e que não haja demanda de prova de fato novo. Não significa esteja o *expert* impedido de sair a campo para suas verificações e exames, ou não possa anotar a ocorrência de fato novo eventualmente constatado e tido por conveniente.

13 — Liquidação por artigos

A liquidação por artigos, como prevista no art. 608, é cabível quando a determinação do *quantum debeatur* exigir necessariamente a alegação e prova de fato novo, não anterior ou simultâneo ao processo do qual resultou a sentença condenatória por liquidar. Na necessidade da alegação e prova de fato novo está sua determinante.

14 — Instauração do procedimento

Tanto numa como noutra das espécies o procedimento se instaura por petição inicial, com atendimento de requisitos próprios, oferecida nos autos do processo de conhecimento, do qual a liquidação é verdadeira consequência.

No caso da liquidação por arbitramento pode trazer desde já a indicação de quesitos e de assistente técnico, senão mesmo do laudo particular a que se refere o art. 427, já que perfeitamente aplicável em caráter subsidiário o procedimento ordinário no que se refere às perícias.

Na liquidação por artigos deve ser clara e objetiva quanto à indicação individual dos fatos novos e das respectivas provas então concomitantemente oferecidas ou a serem produzidas, antecipando-se a oferta de documentos, rol de testemunhas e até mesmo a indicação de quesitos e de assistente técnico para o caso de perícia, senão mesmo a oferta de laudo particular.

15 — Citação

Definitivamente solucionada velha e onerosa pendência acerca da obrigatoriedade da citação da parte contrária para o procedimento de liquidação em qualquer uma de suas duas espécies.

Deve ser requerida na petição inicial, deferida e realizada nos termos do art. 603, parágrafo único, com o acréscimo feito pela Lei n. 8.898/94.

Grande vantagem é poder fazer-se na pessoa do advogado da parte, aquele causídico com procuração nos autos do processo de conhecimento e que nele tenha atuado. Seu

veículo poderá ser postal, por mandado cumprido por oficial de justiça ou por edital, como dispõe o art. 221, respeitada a ordem das conveniências, facilidades e segurança. Nada impede se faça por publicação no órgão oficial que, não prevista no referido art. 221, alcançando resultado, terá o amparo do art. 244, como sugere Theotônio Negrão<sup>9</sup>. Diversamente, Antônio Cláudio da Costa Machado<sup>10</sup> diz do cabimento da citação exclusivamente por intimação dirigida ao advogado, com simples publicação na imprensa oficial, e aponta a previsão do art. 236, § 1º. O tratamento processualmente deferido a procedimentos incidentes e aos embargos a isso recomenda e sem dúvida representaria solução íntima com os objetivos de agilização processual havidos nas alterações do Código, sem qualquer prejuízo para advogados ou partes.

O novo procedimento citatório na liquidação economiza tempo e esforços com expedição de mandado e diligências do oficial de justiça no encontro da parte requerida, muitas vezes com endereços desatualizados e constantes dos autos do processo de conhecimento. A par de afastar as dúvidas acerca da exigência da citação na liquidação por arbitramento e por artigos, dá agilidade e acentua o caráter autônomo da liquidação.

Possível apontar-se a nova previsão como medida perigosa em que o advogado é colocado no lugar da parte, esta afastada em momento tão importante no qual formalmente restabelecidas as relações processuais<sup>11</sup>. Ainda se entende mais grave na medida em que negada oportunidade a nova avença ou novo estabelecimento de condições entre parte e advogado.

Dificuldades práticas podem ainda emergir: quanto ao advogado com procuração nos autos e que neles não tenha atuado; quanto ao advogado com procuração nos autos e que só tenha atuado em grau recursal, muitas vezes apenas oferecendo memorial ou proferindo sustentação oral, senão mesmo, tão-somente, assistindo ao julgamento; por fim, quanto ao advogado que tenha renunciado ao mandato ou que o tenha perdido.

Para solução necessária uma preocupação pragmática, voltada a resultados, capaz de atender ao princípio da instrumentalidade.

Basta estar regularmente constituído advogado nos autos para que seja citado para a liquidação. Importante atentar para o conteúdo do instrumento de procuração e verificar se dele não consta expressa vedação. O poder de receber citação na liquidação está entre os poderes para o foro em geral, integra a cláusula *ad judicium* do mandato e não se inclui entre os poderes especiais como aquele que permite receber citação inicial, e a exigir expresso deferimento, art. 38. Nada impede venha o outorgante restringir os poderes do outorgado, mesmo os gerais, desde que o faça expressamente. Afinal o mandato de procuração deve ser nada mais nada menos que a expressão de vontade do outorgante. Entre os detentores de procuração, ressalvada a atuação exclusivamente em conjunto ou, no caso de subestabelecimento com expressa reserva, qualquer um deles pode ser o citado, indistintamente, devendo optar-se preferencialmente por aquele de maior ou mais efetiva atuação nos autos.

Desde logo assentou-se divergência quanto à oportunidade de supressão em mandato de procuração do poder do advogado para receber a citação, pela parte, na liquidação. Partindo do entendimento de que ínsito na atuação do advogado e de que assim previsto



por ser interesse do próprio processo como condição de agilidade, Francisco Cavalcanti<sup>12</sup> é categórico em inadmitir ficasse tal poder ao alvedrio da parte outorgante.

O mesmo entendimento é aplicável no caso do advogado trazido para atuação recursal. Necessária a verificação do mandato que lhe foi outorgado, de seus limites, e atenção ao critério de preferência para com o advogado mais atuante nos autos ou para com aquele que tenha conduzido o processo de conhecimento.

Situação mais complexa é da citação quando o advogado tenha renunciado ao mandato, art. 45, ou que o tenha perdido, art. 44. Na primeira hipótese, necessário apontar as iniciativas específicas impostas ao advogado renunciante pelo mesmo art. 45, e a providência exigida à parte que revoga mandato pelo art. 44. Em ambos os casos poderá ocorrer a renúncia ou a revogação de procuração sem as providências pertinentes, quando a prudência em prol do processo remete à oportunidade de citação na pessoa do requerido, por via postal ou mandado, nos termos do art. 222, introduzido pela Lei n. 8.710/93.

Situação muitíssimo peculiar diz respeito aos casos em que não haja advogado constituído nos autos, com andamento à revelia do réu, quando, por certo, deve ocorrer a citação para execução diretamente na pessoa da parte.

O processualista Calmon de Passos,<sup>13</sup> em detida análise, não poupa críticas à citação prevista pelo art. 603, § 1º, para a liquidação por arbitramento e por artigos, a fazer-se na pessoa do advogado, identificando nela verdadeira violência contra o requerido.

#### IV — *Liquidação extrajudicial de sentença*

##### 16 — Liquidação por cálculos do contador

A liquidação por cálculos do contador, amparada na anterior redação do Código de Processo Civil de 1973, era prevista para casos em que a liquidez e certeza da sentença condenatória tinham dependência restrita a simples cálculo aritmético excluía a participação de *experts* em ato pericial próprio e a prova de fato novo. O art. 604, em seus incisos, esclarecia exemplificativamente com os casos de juros ou rendimento de capital, com taxa estabelecida em lei ou contrato, de valor dos gêneros que tivessem cotação em bolsa e do valor por títulos da dívida pública, bem como de ações ou obrigações de sociedades, desde que tivessem cotação em bolsa. Exemplificativo o rol daqueles incisos pela circunstância de que a liquidação a partir de simples cálculos aritméticos poderia ir muito além sem se descaracterizar ou perder sua natureza. A experiência forense assim concluiu e disso se utilizou largamente.

##### 17 — Seu procedimento

O procedimento na espécie fazia-se muito simples. Partia de petição singela e independente de citação em que pese muitas vezes o estabelecimento de algum debate. Remetidos os autos ao contador judicial, ali realizavam-se as contas, sempre de maneira uniforme. Não raramente obedeciam à orientação de corregedoria ou órgãos de centralização especializada. Retornando ao juiz, estabelecia-se o contraditório e esclarecidas as divergências passavam pela homologação por sentença e pela oportunidade recursal.

No contraditório em torno dos cálculos já realizados pelo contador e nos recursos, especialmente no que se refere às homologações de conta, sediavam-se as determinantes de delongas e não raramente do vaivém muitas vezes demorado e difícil, em geral com prejuízo para a parte credora, a exigir atitudes mais severas do juízo, senão mesmo autoritárias.

#### 18 — Utilização

A sistemática adotada até o advento das leis que alteraram o Código de Processo Civil apresentava-se pragmática, simples, rápida, segura e econômica em razão das duas outras espécies de liquidação. Clara a preferência por sua adoção e a tendência por maior utilização em oportunidades extremamente complexas, subtraídas muitas vezes da liquidação por arbitramento ou até oportunidades ditas dispensáveis por Ernani Fidelis dos Santos<sup>14</sup> como juros e correção monetária, dedutíveis do principal na hora do pagamento no curso da execução.

### V — *Liquidação, execução e embargos*

#### 19 — Nova sistemática

Pela nova sistemática das liquidações, a anterior espécie por cálculos do contador foi inteiramente extinta como instituto processual e remetida à execução e embargos como procedimento atribuído às partes interessadas.

Segundo atual redação do art. 604, estabelecida pela Lei n. 8.898/94, os cálculos aritméticos serão realizados pelas partes interessadas, não sob o pálio da absoluta informalidade, mas respeitados critérios contábeis perfeitamente demonstrados em memória discriminada e atualizada. Desnecessário sejam feitos por contadores ou especialistas; possível se realizem por advogados, partes ou terceiros, desde que revestidos de transparência e técnica a ponto de demonstrarem atendimento da sentença condenatória em seus exatos limites e ensejarem conferência e convencimento.

#### 20 — Início da execução

Realizados os cálculos fora do juízo, a ele serão trazidos quando da execução, acompanhando petição inicial. Pela execução se almeja exclusivamente o cumprimento da obrigação presumidamente expressa no título previamente estabelecido, exaurido no processo de conhecimento ou completado no processo de liquidação, com os pressupostos da certeza, liquidez e exigibilidade. Na lição de Moacyr Amaral Santos,<sup>15</sup> com o uso da via executiva, pretende realizar-se a sanção expressa no título. Trata-se, no caso da execução por quantia certa, do conjunto de atos necessários ao pagamento do credor, passando pela afetação de bens e alienação compulsória. É verdadeira interferência estatal de cunho jurisdicional nas relações estabelecidas entre o credor e o devedor inadimplente, voltada ao pagamento da obrigação.

Desnecessário venha também o título, já que a petição será endereçada aos autos onde proferida a sentença condenatória e nos quais prosseguirá a execução.

O art. 644, com a redação que lhe foi dada pela Lei n. 8.953/94, prevê o início da execução por meio de petição onde se requeira a citação do executado, instruída com o

demonstrativo do débito devidamente atualizado até a data da propositura da ação, em se tratando da execução por quantia certa, e, se for o caso, a prova da condição e do termo.

Inconveniente o rigor na exigência de que a atualização do débito se faça até a data da propositura da ação. Isto porque nem sempre possível e até mesmo difícil venha a ocorrer. Os fatos apontam em direção diversa. O que pretende o legislador é que o cálculo seja o mais atualizado ou próximo da execução, respeitadas as dificuldades burocráticas enfrentadas pelas partes e advogados.

Essencial no cálculo e respectiva memória esteja muito bem explicitada a operação aritmética realizada e que levou ao valor final, demonstrando o atendimento das previsões legais e do conteúdo condenatório da sentença, ou o negócio jurídico de que resultante.

A adoção de critérios técnico-contábeis poderá contribuir para a apresentação clara e facilmente compreensível, evitando-se transtornos, dúvidas ou debates desnecessários. Nos casos de cálculos mais longos ou que apontem o maior número de elementos utilizados, senão mesmo valores significativos, o próprio juiz poderá exigi-los, assim, por meio de determinação de emenda à petição, arts. 283 e 284, sob pena de extinção da execução, art. 267, I.

O texto legal, em sua nova redação, demonstra a necessidade de que petição e cálculos se façam em peças distintas, estes acompanhando aquela. Assim elaboradas e apresentadas tornam mais fácil o manuseio e verificação, e tem especial cabimento quando os cálculos tenham sido elaborados em separado. Importante ressaltar a admissão de cálculos mais singelos, sem maiores dificuldades, extensão ou elementos, no próprio corpo da petição inicial da execução<sup>16</sup>.

### 21 — Exame prévio dos cálculos

Tudo recomenda o prévio exame dos cálculos pelo juiz. Um exame superficial a permitir a determinação de retorno com substituição de eventuais cálculos quando desacompanhados da memória discriminada, de difícil compreensão, desordenados, apresentados sem rigor técnico, desatualizados ou que simplesmente contenham erros materiais evidentes. Os arts. 284 e 463, I, admitem essa atuação do juiz, por iniciativa própria, na correção de erros de cálculo, até mesmo em sentença, ato formalíssimo. Injustificável obtenção de auxílio do contador judicial nessa etapa já que se pretende apenas o reparo de erros grosseiros.

### 22 — Citação na execução

A seguir realiza-se a citação para pagar ou assegurar o juízo sob pena de penhora, cujo objetivo, diferentemente da citação no processo de conhecimento, não é chamar para a defesa, mas sim confirmar o inadimplemento da obrigação.<sup>17</sup> Nada impede e até seria recomendável fosse precedida da intimação da parte contrária exclusivamente para se manifestar sobre a conta, se assim lhe conviesse ou desejasse. No âmbito da boa-fé ensejaria concordância ou discordância, com remessa à parte exequente para verificação e eventual retificação. Em ambas as hipóteses são evidentes as restrições que refletiriam sobre a amplitude da afetação patrimonial subsequente à citação e debates em embargos por excesso de execução, mormente nos casos de grandes valores, cálculos de maior extensão, ou naqueles em que a executada seja a Fazenda Pública.

### 23 — Afetação patrimonial

Ao admitir cálculos de liquidação realizados pela parte interessada na execução e a serem por ela oferecidos com a petição inicial, o legislador abriu oportunidade para citação e conseqüente afetação patrimonial sem prévio debate sobre seus limites. Ou o devedor paga ou garante o juízo ou se vê sujeito à penhora, tudo em razão de valores estabelecidos e oferecidos pelo exequente e sem a sua participação.

O grande processualista Calmon de Passos, um crítico das alterações havidas no Código de Processo Civil,<sup>18</sup> opõe-se ao procedimento e nele vê constrição sem o devido processo legal. É que, ao submeter o executado aos inegáveis ônus da afetação patrimonial, o faz a partir de valores fixados sem a sua participação e cujo contraditório só se dá posteriormente.<sup>19</sup>

Não há dúvidas dos riscos decorrentes da afetação patrimonial a partir de valores havidos em cálculos elaborados sem qualquer interferência do executado. No entanto, o exame prévio dos cálculos pelo juiz poderá evitar se faça a partir de erros materiais evidentes e, por conseqüência, realizar um controle antecipado sobre limites da garantia. Mas em se tratando de elementos ou critérios duvidosos, nada mais correto se garanta o juízo, mesmo que isso represente restrições ao devedor e sejam debatidos por ocasião dos embargos.

Inegável em certo agravamento do desequilíbrio entre as partes, como já apontava o processualista,<sup>20</sup> porém mantido sob controle processual e com resultados favoráveis superiores aos reflexos negativos.

### 24 — Contraditório

O contraditório sobre a liquidação por cálculos apresentados na inicial da execução, aparentemente abolido em razão da realização prévia e individual pelo exequente, é, na realidade, remetido para a execução e os embargos.

Os embargos constituem-se em obstáculo ou impedimento formulado pelo executado contra o prosseguimento da execução que lhe dirige o credor. Constitui-se numa resistência ativa do devedor ou eventualmente de terceiro. Sua natureza é de ação desconstitutiva da relação jurídica retratada no título executivo ou nos atos próprios à execução. Como ação nova, sujeitam-se a todos os requisitos comuns mais o requisito específico da garantia do juízo, sem o que não têm oportunidade. Daí dizer-se de sua autonomia apenas formal e relativa.

A presunção de qualidade do título executivo não exclui controvérsias, especialmente no caso do título executivo judicial liquidado pela nova sistemática dos cálculos. Para elas o legislador reservou foro diverso ao da própria execução, destituída de contraditório, concedendo-lhe a oportunidade do incidente especialíssimo dos embargos. Estes são incidentes na execução pelos quais o devedor ou terceiro defendem-se de seus efeitos constitutivos, zelando pela regularidade dos atos processuais, e resguardando direitos materiais em face do título em si mesmo ou a fatos e direitos supervenientes, tudo capaz de neutralizá-lo ou reduzir-lhe a eficácia.

Com a inicial o exequente oferece os cálculos bem como respectiva memória discriminada e, por ocasião dos embargos, o executado poderá discuti-los sob a arguição de excesso, devidamente demonstrado a partir de critérios técnicos.

## 25 — Embargos por excesso de execução

Dispõe o art. 738, com a redação da Lei n. 8.953/94, que os embargos serão oferecidos pelo devedor no prazo de 10 dias, contados da juntada aos autos da prova da intimação da penhora. É do art. 741 o rol restrito, *numerus clausus*, de argumentos admissíveis nos embargos opostos contra execução fundada em título judicial, af constante o excesso de execução.

Essa a arguição do embargante contra a execução em quantia superior à devida ou incompatível com as previsões, limites ou termos constantes do título. Por ela se conduz à redução da execução para trazê-la aos contornos estabelecidos no título executivo judicial, ou contê-la dentro de causas impeditivas, modificativas ou extintivas.

Assim procedendo, o executado deverá respeitar as arguições feitas em eventual manifestação prévia, como sugerido, consagradas pela confissão ou preclusão.

Em que pese à ausência de trato, quando das alterações efetuadas na legislação adjetiva, necessário que o executado-embargante ofereça a demonstração do excesso por meio de cálculos igualmente atualizados, acompanhados da respectiva memória discriminada, onde os erros estejam técnica e suficientemente apontados.

Inteiramente possível a rejeição liminar dos embargos, como o prevê expressamente o art. 739, acaso apresentados fora do decênio legal, apontarem alguma fundamentação estranha ao rol do art. 741, ou em qualquer dos casos previstos no art. 295.

Estabelecido o confronto em via de embargos, caberá ao juiz o exame dos cálculos do embargante, em conjunto com aqueles oferecidos anteriormente pelo embargado, podendo de pronto concluir pela ocorrência ou não de erros materiais e, subsistindo o debate, remeter ao contador judicial para que os analise e ofereça conclusões. Transparecendo alguma complexidade maior ou simples dificuldade resultante da extensão de tais exames e cálculos, nada impede venha o juiz, dispensando o auxílio do contador judicial, muitas vezes atarefado, valer-se do auxílio de perito contador. O procedimento não se constitui em nenhuma irregularidade ou inovação estranha aos embargos por duas ordens: primeiro, por caber ao juiz tratar a pendência como se fizer conveniente, de modo a remetê-la à solução; segundo, por serem os embargos uma outra ação na qual possível a utilização do procedimento ordinário em caráter subsidiário, e, portanto, cabível a produção probatória compatível com as arguições, fatos e as exigências do convencimento do juiz.

Apontado que seja o excesso de execução, toda a matéria relativa aos valores, seu cálculo e prova se constituem em mérito a ser decidido em sentença.

O efeito dos embargos será sempre suspensivo de modo a impedir a continuidade da execução contra a qual opostos, até mesmo em caráter provisório, nos termos do art. 739, § 1º, acrescido pela Lei n. 8.953/94. Haveria a afetação patrimonial, garantido o juízo, nada mais estaria por se fazer na execução que não significasse a efetiva expropriação e

transferência patrimonial, impróprias à concomitância de embargos com dúvidas, pendências e discussões. Especialmente significativa a suspensão, nesses casos, de execução do título judicial liquidado pela própria parte exequente e debatida na via dos embargos.

26 — Execução inversa

A nova redação do art. 605 oportuniza a execução inversa do devedor interessado no pagamento e desobrigação contra o credor inerte.

Admite o mesmo procedimento de liquidação mediante as mesmas exigências e para fins do art. 570, com imediato depósito do valor apurado.

27 — Simultaneidade de liquidações

Como na anterior sistemática das liquidações, também a atual admite espécies diferentes, de realização simultânea ou sucessiva diante da peculiaridade da sentença liquidanda. No caso de liquidações simultâneas conveniente se façam em autos distintos, separados e apensados, garantindo-lhes a ordem na realização de procedimentos distintos.

28 — Liquidação por cálculos e execução contra a Fazenda Pública

Tão logo em vigor as alterações, estabeleceu-se certa perplexidade ou dúvida quanto à utilização nos casos de sentenças condenatórias ilíquidas contra a Fazenda Pública. Sediava-se na indagação sobre a utilização dos novos preceitos acerca da liquidação extrajudicial por cálculos e remessa do contraditório à execução e embargos, como se merecesse alguma proteção especial, além de tantas já existentes, ou se a nova sistemática se constituísse em prejuízo aos seus interesses.

Na verdade não se pode entrever na espécie nenhum prejuízo processual ou patrimonial à Fazenda Pública com devedora, que tem todos os direitos de defesa preservados.

A eliminação da espécie da liquidação por cálculos do contador foi total, já não tem lugar e não existe mais. Pretender subtrair a Fazenda Pública da liquidação extrajudicial seria remeter as liquidações de sentenças condenatórias contra ela proferidas para situação lacunosa e sem qualquer motivação real. Ao se referir à execução por quantia certa contra devedor solvente, o art. 652 o faz exemplificativamente e abrange também a execução contra a Fazenda Pública que, apesar de privilegiada pelo procedimento executório dos arts. 730 e seguintes, não deixa de ser uma forma especializada de execução por quantia certa contra devedor solvente, distinta, única e exclusivamente, em razão da impenhorabilidade dos bens e rendas públicos. Este é também o entendimento da lição de Edilson Pereira Nobre Júnior.<sup>21</sup>

Ainda, na mesma esteira, as palavras de Cândido Rangel Dinamarco<sup>22</sup> que, reconhecendo o surgimento de eventuais dificuldades aos grandes devedores executados, entre os quais a Fazenda Pública, nega-lhes qualquer oportunidade de descumprimento da lei a dano dos que se prejudicam com o retardamento dos processos, mormente no que diz respeito àquela que já detentora de tantos privilégios.

A remessa à anterior observação sobre a intimação do executado, para manifestação acerca dos cálculos oferecidos pelo exequente, antes da citação, merece nova referência, principalmente quando se trata da Fazenda Pública, facilitando-lhe a condução no

interesse de ambas as partes, e refletindo positivamente sobre a extensão dos debates em embargos por excesso de execução.

29 — Liquidação por cálculos e assistência judiciária

Se atendimento especial não deve ser deferido à Fazenda Pública, preocupação deve ser considerada no que diz respeito aos casos submetidos à assistência judiciária.<sup>23</sup> Não são merecedores de cuidados aqueles feitos atendidos em centros assistenciais universitários onde facilmente seriam objeto de cálculos muito bem elaborados. Trata-se de atenção para com os feitos beneficiados pela assistência judiciária estatal ou órgãos de defensoria pública, senão mesmo por zelosos advogados militantes, onde transparente o desaparelhamento ou nos quais não se possa pretender que o advogado, trabalhando gratuitamente, venha assumir eventuais ônus decorrentes da realização dos cálculos. Não se pode transformar a aplicação efetiva da lei num empecilho à solução dos interesses de pessoa amparada pela assistência judiciária, a ponto de torná-la inócua ou retirar da parte direito constitucional à prestação jurisdicional. Em tais casos nada impediria o encaminhamento do feito à contadoria judicial, em caráter administrativo e não procedimental, previamente à execução, mediante pedido fundamentado, sem qualquer outra interferência do juiz.

30 — Honorários advocatícios

Entre as alterações havidas no Código de Processo Civil, a do § 4º do art. 20 faz expressa referência à condenação em honorários advocatícios na execução embargada ou não. Dessa forma ficou afastada qualquer dúvida acerca do seu cabimento em execução de sentença ou nos embargos contra ela formulados. Como ações autônomas a ação condenatória à qual sucedem aplicam-se os critérios das alíneas *a*, *b*, *c* do § 3º, ressalvada a equitativa apreciação do juiz. Absurdo seria sujeitar o credor aos custos profissionais decorrentes das iniciativas tomadas contra a inadimplência do devedor ou sua reação à execução.

31 — Os cálculos de liquidação e seu custo

A preocupação das partes e advogados com a segurança na elaboração de cálculos de liquidação certamente os levarão ao uso do auxílio de *experts*. Cálculos aritméticos podem comportar extensão e até mesmo complexidade a ensejar atuação especializada capaz de garantir a qualidade do resultado. Os serviços de tais técnicos, contadores ou não, poderá representar um custo à parte exequente. Perfeito o entendimento de que passe a integrar os cálculos, quando vierem comprovados por nota fiscal de prestação de serviços ou recibo de pagamento. Isso porque não pode a lei impor ônus ao exequente, como condição de procedimento, sem lhe permitir o correspondente ressarcimento. Exigência diversa estaria a onerá-lo na busca do seu direito e a favorecer o executado inadimplente.

O próprio Código de Processo Civil, art. 19, diz caber às partes o provimento das despesas realizadas em razão dos atos processuais e, art. 20, estabelece a condenação por sentença do seu reembolso ao vencedor, pelo vencido. Verdade que as despesas com cálculos de liquidação são despesas por ato realizado fora dos autos, mas inevitavelmente para os autos, como condição legal da execução. Em que pese tratar-se de despesa por ato

extraprocessual, o é por ato imprescindível ao processo e legalmente atribuído ao interessado na execução. Que as previsões do Código não lhe dão amparo claro e preciso, não há dúvida, mesmo porque o procedimento não tem previsão que lhes seja contemporânea, mas, inegavelmente, as agasalha pela similitude.

### 32 — A homologação de cálculos de liquidação

A nova sistemática imposta aos cálculos de liquidação não diz da homologação. Apenas a apresentação pela parte exequente, sujeita a embargos a critério da parte executada, é capaz de permitir a instauração do processo executivo e seu prosseguimento. A anterior previsão de homologação por sentença ficou inteiramente sem espaço processual.

Todavia, nada impede venha o juiz homologar os cálculos, segundo apresentação pelo exequente, impugnação do embargante ou outros esclarecimentos obtidos no curso da instrução, quando do julgamento dos embargos. Essa homologação, como parte integrante da sentença de embargos, estará sujeita ao recurso que lhe é próprio, será trasladada aos autos da apensa execução e neles poderá ser provisória ou definitivamente executada.

Dúvida surge quando vem o juiz, à vista da inexistência de embargos ou de seu julgamento, homologar cálculos nos autos da execução. Daí surgiria o questionamento sobre a natureza do ato decisório, se mera interlocutória ou sentença e, conseqüentemente, sobre a espécie recursal cabível, se agravo ou apelação. Mesmo entendendo tratar-se de mera decisão interlocutória, sujeita a agravo, a ausência da previsão legal e sua incompatibilidade com a nova sistemática da liquidação e execução a tornam inoportuna e causa de injustificável demora no desfecho pretendido.

## VI — Conclusão

### 33 — Perspectivas

As conquistas advindas com a edição do recente conjunto de leis que alteraram o Código de Processo Civil se apresentam como precedente a admitir novas e continuadas alterações capazes de mantê-lo cada dia mais atualizado em atendimento às exigências decorrentes da utilização prática.

Profundas e significativas, realizaram com apuro técnico a busca da segurança e agilidade do processo cuja estrutura original foi preservada, permitindo alterações que, no dizer de Sérgio Bermudes,<sup>24</sup> não se fizeram no exagero de uma reforma.

A supressão da liquidação por cálculos do contador representa o fim de importante e muito utilizada etapa da atividade jurisdicional com passagem à iniciativa dos interessados quando da execução e embargados. Inegavelmente, de todas, foi a mais importante dentre as alterações havidas no Código.<sup>25</sup> A par de desonerar a Justiça, assoberbada de atividades, vem atender ao princípio da economia e a um outro hoje a permear as aspirações sociais, o aparelho judicial, as leis, doutrina e jurisprudência: o princípio da eficácia.



A importância dessa alteração é proporcional à da liquidação por cálculos, a mais utilizada forma das liquidações. Valorizado ainda mais o papel do juiz e do advogado.<sup>26</sup>

Notável a facilitação proporcionada aos casos de sentenças parcialmente líquidas e parcialmente ilíquidas, quando na sistemática anterior impunha a passagem direta de uma das suas partes à execução, e a segunda aguardava o procedimento de liquidação por cálculos do contador. Pela atual sistemática, as duas partes seguem imediata e conjuntamente à execução sem dividi-la ou aguardar procedimentos preparatórios.

Necessária a atenção de todos aqueles que se valem dos dispositivos do Código de Processo Civil para com a aplicação exata, sem restrições, a partir de interpretação garantidora de eficiência, de modo a alcançar os resultados almejados.

Por fim, muito oportunas as palavras lúcidas do processualista:

«Oxalá, ao propósito das leis corresponda o dos seus aplicadores porque só deles dependerá a realização dos objetivos das normas. Nenhuma lei resiste ao misoneísmo, que teme o novo e, às vezes, termina em desastrosa deturpação, quando pretende tratá-lo como coisa antiga, sem perceber as mudanças que ele traz. Nenhuma lei sobrevive ao descaso, à indolência, ou ao propósito daninho de impedir sua adequada atuação. A cegueira para o sistema no qual a lei se insere, para os princípios, que a norteiam, para os institutos, que ela regula, é a mais ferrenha adversária do seu êxito. Ninguém faz bom uso da norma processual sem conhecer a ciência do direito e, especificamente, a processualística, nos seus institutos essenciais. Aplica-se a lei com o ânimo de alcançar o resultado a que ela visa. Mude-se a lei quando a experiência mostrar que ela não atende às finalidades determinantes da sua edição.»<sup>27</sup>

A aplicação das alterações introduzidas no Código de Processo Civil são do interesse de todos que dele dependem ou com ele trabalham e a cada um dos interessados, especialmente advogados e magistrados, cabe uma parcela de responsabilidade, mormente neste período inicial de mudanças e adaptações procedimentais. Qualquer entendimento, solução ou conduta comodista, apegada a ritos ultrapassados, só contribuirá para o esvaziamento e consequente perda no avanço por uma Justiça atuante.

### VII — Bibliografia

ALVIM, José Eduardo Carreira. *Código de Processo Civil reformado*. Belo Horizonte: Del Rey, 1995.

ARAGÃO, Egas Moniz. «Notas sobre a liquidação de sentença». *Revista Forense*, Rio de Janeiro, v. 296, pp. 25-31, out./dez. 1986.

BARROS, Ennio Bastos de. *Comentários às novas alterações do Código de Processo Civil*. São Paulo: Jurídica Brasileira, 1995.

BERMUDES, Sérgio. *Reforma do Código de Processo Civil*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1995.

CARNEIRO, Athos Gusmão; TEIXEIRA, Sálvio de Figueiredo. «A reforma do processo civil, simplificação e agilização». *Revista da Ajufe*, São Paulo, n. 36, p.30.

- CARMONA, Carlos Alberto. *Em torno do processo de execução*. São Paulo: Saraiva, 1995.
- CARNELUTTI, Francesco. *Istituzioni del Processo Civile Italiano*. 5ª ed., vol. I.
- CASTRO, Amílcar de. *Comentários ao Código de Processo Civil*. 3ª ed. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1983, v. 8.
- CAVALCANTI, Francisco. *Inovações no Processo Civil*. Belo Horizonte: Del Rey, 1995.
- COSTA, Ridalvo. «Complicação do processo de liquidação». *Revista da Ajufe*, São Paulo, n. 46, pp. 25 a 26, jun. 1995.
- DINAMARCO, Cândido Rangel. *A reforma do Código de Processo Civil*. 2ª ed. São Paulo: Malheiros, 1995.
- FARIA, Luiz Alberto Gurgel de. «As inovações do CPC no processo de execução: Questões práticas». *Revista da Ajufe*, São Paulo, n. 46, pp. 49 a 52, jun. 1995.
- GOLDSCHMIDT, James. *Derecho Procesal Civil*. 2ª ed. Barcelona: Laber, 1936. 916p. (*Enciclopédia de Ciências Jurídicas y Sociales: Sección Ciencias Jurídicas*.)
- HEINE, Tânia. «Processo de liquidação, alterações da Lei n. 8.953/94». *Revista da Ajufe*, São Paulo, n. 46, pp. 46 a 48, jun. 1995.
- LIMA, Alcides de Mendonça. *Comentários ao Código de Processo Civil*. Rio de Janeiro: Forense, 1974, v. 6, t. 2.
- LIPPEL, Alexandre Gonçalves. «A nova sistemática de liquidação de sentença». *Revista da Ajufe*, São Paulo, n. 46, pp. 21 a 22, jun. 1995.
- LOPES DA COSTA. *Direito Processual Civil brasileiro*; Código de 1939. Rio de Janeiro: J. Konfino, v. 4.
- LUCON, Paulo Henrique dos Santos. *Processo Civil*. São Paulo : Saraiva, 1995, p. 209: «Execução, condições da ação e embargos do executado».
- MACHADO, Antônio Cláudio da Costa. *A reforma do processo civil interpretado*. São Paulo: Saraiva, 1995.
- MAIA Jr., Mairan Gonçalves. «A liquidação da sentença condenatória de acordo com as alterações introduzidas pela Lei n. 8.891/94 e a execução contra a Fazenda Pública.» *Revista da Ajufe*, São Paulo, n. 46, pp. 6 a 13, jun. 1995.
- NEGRÃO, Theotônio. *Código de Processo Civil*. 26ª ed. São Paulo: Malheiros, 1995.
- NERY, Nelson. *Atualidades sobre o Processo Civil*. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1995.
- NEVES, Celso. «Apontamentos sobre a natureza da liquidação de sentença». *Revista Forense*, Rio de Janeiro, v. 266, pp. 13-16, abr./jun. 1979.
- NOBRE, Jr., Edilson Pereira. «O novo perfil da liquidação de sentença». *Lex Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e Tribunais Regionais Federais*, São Paulo, v. 7, n. 66, pp. 9-17, fev. 1995.
- OLIVEIRA, Eduardo Alberto de Moraes. «A citação nas liquidações de sentença». *Revista dos Tribunais*, São Paulo, v. 601, pp. 19-22, nov. 1985.

- PARIZATTO, João Roberto. *Execução. Embargos*. 2ª ed. São Paulo: Ed. Universitária, Direito, 1989.
- PASSOS, J. J. Calmon de. «Liquidação de sentença, após o advento da Lei n. 8.898/94». *Revista do Tribunal Regional Federal da 1ª Região*, Brasília, v. 7, n. 1, pp. 59-65, jan./mar. 1995.
- PONTES DE MIRANDA. *Comentários ao Código de Processo Civil*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1976, v. 9.
- REIS, Novely Vila Nova da Silva. «A liquidação de sentença contra a Fazenda Pública». *Revista da Ajufe*, São Paulo, n. 46, pp. 23 e 24, jun. 1995.
- SANTOS, César. *Comentários às novas alterações do CPC*. Salvador: Nova Alvorada Edições, 1995.
- SANTOS, Ernani Fidelis dos. *Manual de Direito Processual Civil*. São Paulo: Saraiva, 1993, v. 2.
- SANTOS, Moacyr Amaral. *Primeiras linhas de Direito Processual Civil*. 13ª ed. São Paulo: Saraiva, 1993, v. 3.
- SANTOS, Seixas. *Código de Processo Civil; dispositivos alterados*. Leme, Livraria de Direito, 1995.
- SENA, Felicíssimo. *Comentários às inovações do Código de Processo Civil*. Belo Horizonte: Del Rey, 1995.
- SOUZA, Benedito Silva. *Comentários às leis ...* Belo Horizonte: Del Rey, 1995.
- SOUZA, Gelson Amaro. «Notas sobre a liquidação de sentença» *Revista dos Tribunais*, São Paulo, n. 675, pp. 32-43, jan. 1992.
- TEIXEIRA, Sálvio de Figueiredo. *Código de Processo Civil*. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 1992.
- TUCCI, José Rogério Cruz e. *Processo civil: realidade e justiça*. São Paulo: Saraiva, 1994.
- UBALDO, Edson. «As modificações no processo de execução». Florianópolis: Obra Jurídica Editora, 1995.
- VAZ, Paulo Afonso Brum. «Anotações sobre a nova sistemática de liquidação de sentença e a execução em matéria providenciária». *Revista da Ajufe*, São Paulo, n. 46, pp. 14 a 20, jun. 1995.

Notas:

- 1 — Athos Gusmão Carneiro e Sálvio de Figueiredo Teixeira. «A Reforma do Processo Civil, Simplificação e Agilização». *Revista da Ajufe*, n. 36, p. 30.
- 2 — Francesco Carnelutti: *Istituzione Del Processo Civile Italiano*, 5ª ed., vol. I, p. 164.
- 3 — Amílcar de Castro. *Comentários ao Código de Processo Civil*. Rio de Janeiro, Forense, 1983, 3ª ed., vol. VIII, p. 118.
- 4 — Alcides Mendonça Lima. *Comentários ao Código de Processo Civil*. Rio de Janeiro, Forense, 1974, vol. VI, tomo II, p. 601.

- 5 — Lopes da Costa. *Direito Processual Civil Brasileiro*. Rio de Janeiro, J. Konfino, vol. IV, p. 73.
- 6 — Moacyr Amaral Santos. *Primeiras Linhas de Direito Processual Civil*. São Paulo, Saraiva, 1993, 13ª ed., vol. III, p. 259.
- 7 — Sálvio de Figueiredo Teixeira. *Código de Processo Civil*, São Paulo, Saraiva, 1992, 4ª ed., p. 368.
- 8 — Alcides de Mendonça Lima. Ob. cit., p. 572.
- 9 — Theotônio Negrão. *Código de Processo Civil*. São Paulo, Saraiva, 1995, 26ª ed., p. 227.
- 10 — Antônio Cláudio da Costa Machado. *A Reforma do Processo Civil Interpretada*. São Paulo, Saraiva, 1995, p. 83.
- 11 — Edson Ubaldo. *As Modificações no Processo de Execução*. Florianópolis, Obra Jurídica, 1995, pp. 36 e 37.
- 12 — Francisco Cavalcanti. *Inovações no Processo Civil*. Belo Horizonte, Del Rey, 1995, p. 99.
- 13 — J.J. Calmon de Passos. «Liquidação de Sentença Após o Advento da Lei n. 8.898/94». In *Revista do Tribunal Regional Federal da 1ª Região*, vol. 7, n. 1, p. 64.
- 14 — Ernani Fidelis dos Santos. *Manual de Direito Processual Civil*, São Paulo, Saraiva, 1993, 3ª ed., vol. 2, p. 59.
- 15 — Ob. cit., p. 277.
- 16 — Antônio Cláudio da Costa Machado. Ob. cit., p. 86.
- 17 — Amílcar de Castro. Ob. cit., p. 141.
- 18 — Ob. cit., pp. 64 e 65.
- 19 — Ob. cit., p. 62.
- 20 — José Rogério Cruz e Tucci. *Processo Civil - Realidade e Justiça*. São Paulo, Saraiva, 1994, p. 107.
- 21 — Edilson Pereira Nobre Júnior. «Novo Perfil da Liquidação de Sentença». In *Lex-Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e Tribunais Regionais Federais*, n. 66, p. 13.
- 22 — Cândido Rangel Dinamarco. *A Reforma do Código de Processo Civil*. São Paulo, Malheiros, 1995, 2ª ed., p. 263.
- 23 — Francisco Cavalcanti. Ob. cit., p. 100.
- 24 — Sérgio Bermudes. *Reforma do Código de Processo Civil*. Rio de Janeiro, Freitas Bastos, 1995, 1ª ed., p. 7.
- 25 — Cândido Rangel Dinamarco. Ob. cit., p. 266.
- 26 — Francisco Cavalcanti. Ob. cit., p. 100.
- 27 — Sérgio Bermudes. Ob. cit., p. 7.